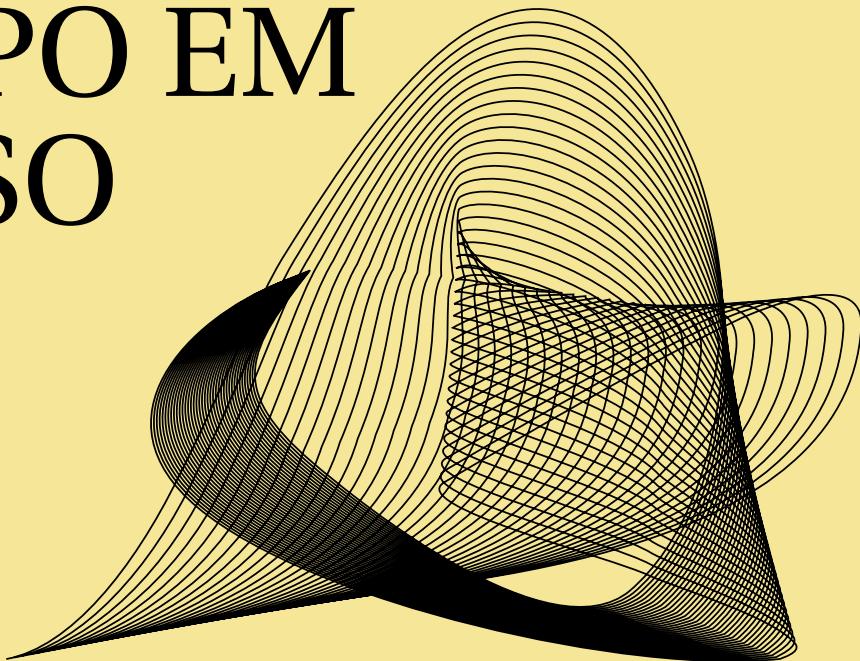


LAE SER

Laboratório de Análises Estatísticas
Económicas e Sociais das Relações Raciais

TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e
gênero no mercado de trabalho metropolitano brasileiro

Ano II; Vol. 2; nº 3, Março, 2010

(distribuição dos grupos de cor ou raça e sexo pelas posições na ocupação)

Sumário

- Apresentação
- Reflexões gerais sobre a conjuntura política recente sobre o debate das ações afirmativas
- Rendimento habitual médio do trabalho principal
- Evolução da taxa de desemprego
- Ocupação segundo posição na ocupação
- Evolução da ocupação e rendimento das formas de posição na ocupação

1. Apresentação

Com o presente número, o LAESER dá continuidade ao boletim eletrônico "Tempo em Curso", já em seu segundo ano e quinta edição. Os indicadores desta publicação são os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mensalmente, em seu portal (www.ibge.gov.br).

Conforme havia sido indicado no primeiro número do "Tempo em Curso", cada edição desta publicação, além da atualização dos indicadores de Rendimento Habitual Médio do Trabalho Principal e do Desemprego, será dedicada a um tema diferenciado, tal como segue abaixo:

- Mês 1 – Posição na Ocupação e Ramo de Atividade Econômica
- Mês 2 – Rendimentos do trabalho
- Mês 3 – Evolução da ocupação e do desemprego

Portanto, neste presente número da publicação "Tempo em Curso", o tema central será o da posição na

ocupação dos grupos de cor ou raça e sexo. Vale salientar que os indicadores que serão comentados são referentes ao primeiro mês de 2010.

2. Reflexões gerais sobre a conjuntura política recente acerca do debate das ações afirmativas (tabela 1)

Ao contrário de edições anteriores, quando a primeira parte do "Tempo em Curso" foi dedicada a comentários sobre a conjuntura econômica, no presente número será realizada uma reflexão acerca do recente debate ocorrido no Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao tema das ações afirmativas.

A atividade foi convocada pelo Ministro Ricardo Lewandowsky, do STF. Este magistrado vem a ser o responsável pela relatoria da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186 e do Recurso Extraordinário (RE) 597285, nos quais as políticas de ações afirmativas para ingresso nas Universidades públicas foram postas em questão. A ADPF foi perpetrada pelo DEM contra o sistema de cotas para negros adotados no vestibular de ingresso de estudantes de graduação na Universidade de Brasília (UnB). O RE foi apresentado por um ex-vestibulando não classificado em exame de vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através do novo sistema adotado de reserva de vagas para alunos provenientes de escolas públicas e para afrodescendentes.

No calor dos debates, os atores sociais contrários às ações afirmativas fizeram questionamentos acerca da pertinência da agregação em uma única categoria dos

Tabela 1. Indicadores selecionados sobre as condições socioeconômicas dos grupos de cor ou raça (brancos, pretos, pardos e pretos & pardos), Brasil, anos 2000 e 2007

	Taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade ou mais, 2000 (em %)	Anos médios de estudos da população acima de 15 anos de idade ou mais, 2000 (em anos)	Proporção de pessoas abaixo da linha de indigência, 2000 (em %)	Esperança de vida ao nascer, 2000 (em anos de vida)	Razão de mortalidade por homicídio, 2007 (por 100 mil habitantes)	IDH, 2000
Brancos	8,3	5,5	14,3	74,0	15,5	0,832
Pretos	21,5	4,0	30,3	67,6	27,9	0,717
Pardos	18,2	3,9	32,7	68,0	32,9	0,723
Pretos & Pardos	18,7	3,9	32,4	67,9	32,1	0,722
Total	12,9	4,8	22,6	71,1	25,4	0,783

Nota 1: Esperança de vida ao nascer calculada por Juarez C Oliveira e Leila Ervatti

Nota 2: Linha de indigência regionalizada elaborada pelo IPEA

Fonte: IBGE, microdados Censo Demográfico 2000 e PNAD 2007; DATASUS / Ministério da Saúde, microdados SIM 2007.

Tabulação LAESER (Fichário das Desigualdades Raciais)

indicadores dos grupos de cor ou raça preto e pardo. Como tal assunto dialoga com a própria missão do LAESER, e os seus instrumentais usualmente aplicados nos estudos sobre as assimetrias de cor ou raça, na presente seção serão apresentados alguns indicadores que tratam desta questão.

Através do gráfico 1, observam-se alguns indicadores socioeconômicos selecionados da realidade dos grupos branco, preto, pardo e preto & pardo conjuntamente, além de toda a população brasileira. Os indicadores são: i) renda média do trabalho principal; ii) taxa de analfabetismo da população de 15 anos de idade ou mais; iii) anos médios de estudos da população de 15 anos de idade ou mais; iv) proporção da população abaixo da linha de indigência; v) esperança de vida ao nascer; vi) razão de mortalidade por 100 mil habitantes por homicídio; e vii) índice de Desenvolvimento Humano. As informações elencadas estão todas baseadas nos microdados do Censo Demográfico de 2000, com a exceção da taxa de homicídios, baseada no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), neste caso, de 2007.

Comparando os indicadores dos pretos com o dos pardos, verifica-se que o rendimento médio do trabalho dos pretos era 6,5% inferior ao dos pardos; a taxa de analfabetismo era 3,4 pontos percentuais superior; os anos médios de estudos eram 0,1 ano superior; a proporção de pessoas abaixo da linha de indigência 2,4 pontos percentuais inferior; a esperança de vida ao nascer era 0,4 ano inferior, a razão de mortalidade por homicídios 15% inferior e o IDH, 0,8% inferior. Ao se observar aquele conjunto de indicadores, o que se pode ver é que os indicadores dos pretos e dos pardos apresentam grande semelhança entre si.

Por outro lado, dos dados apresentados, não se pode propriamente afirmar qual grupo estaria em melhor ou pior situação, se os pretos ou os pardos. Isso porque, em alguns indicadores, os pretos apresentavam uma situação melhor do que os pardos (peso relativo da população abaixo da linha de indigência, anos médios de estudos, razão de mortalidade por homicídios) e, em outros, ocorria o contrário (renda média do trabalho, taxa de analfabetismo, esperança de vida ao nascer, IDH), estando os pardos em melhor situação.

Ou seja, estes dados não permitem apontar que na estratificação socioracial existente na sociedade bra-

sileira haja uma unívoca hierarquização dos pretos ou dos pardos entre si. Esta questão é especialmente interessante dentro do debate sociológico brasileiro, que em teses clássicas, apontava para uma melhor posição dos pardos, comparativamente aos pretos, por conta de uma suposta menor intensidade do preconceito racial. Do mesmo modo, estes dados não fundamentam argumentos recentes que vêm apontando que os pardos poderiam vir a ser especialmente discriminados no Brasil, até com intensidade maior do que os portadores de peles mais escuras.

Contudo, quando se comparam os indicadores de ambos os grupos em relação aos brancos, percebe-se que as distâncias são bem maiores. Assim, em 2000, a renda do trabalho principal dos brancos era 118,2% maior que a dos pretos e, 104% maior que a dos pardos. A taxa de analfabetismo era 13,2 pontos percentuais inferior a dos pretos e 9,9 pontos percentuais inferior a dos pardos. Os brancos estudavam em média 1,6 anos a mais que os pretos e os pardos. Viviam em média 6,3 anos a mais que os pretos e 6 anos a mais que os pardos. A proporção de óbitos por homicídios, em 2007, era 44,5% inferior a dos pretos e 52,9% dos pardos. Seu IDH era 16% maior que o dos pretos e 15,1% que o dos pardos.

Evidentemente, as informações disponibilizadas na tabela 1 formam apenas um breve exemplo dentro de uma temática que está longe de simples. Contudo, fica patente que o agrupamento dos pretos e dos pardos nos estudos sobre as desigualdades de cor ou raça se fundamenta na maior proximidade dos dados destes dois subgrupos (especialmente quando se estudam os indicadores socioeconômicos), e na maior distância em relação aos brancos. No plano das relações sociais e de poder, aqueles dados correspondem às dinâmicas estabelecidas, infelizmente, em uma sociedade que ainda é racista e que cria poucas condições para uma melhor inserção dos portadores das aparências físicas distintas das caucasianas. E, justamente por isso, há a necessidade das políticas de ações afirmativas para pessoas negras, hoje, no Brasil.

3. Rendimento habitual médio do trabalho principal (tabela 2)

No mês de janeiro de 2010, o Rendimento Habitual Médio do Trabalho Principal da PEA residente nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras (da mais ao Norte, para a mais ao Sul: Recife, Salvador,

Tabela 2 - Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, jan / 09 – jan / 10 (em R\$ - jan 10, INPC)

	2009												2010	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	
Homens Brancos	2.055,71	2.073,76	2.026,14	2.014,88	1.957,70	1.972,36	1.985,87	1.998,18	2.007,64	2.009,23	2.019,79	1.989,99	2.027,58	
Mulheres Brancas	1.416,72	1.400,96	1.420,33	1.418,65	1.410,54	1.396,77	1.391,46	1.405,19	1.406,47	1.409,30	1.428,98	1.421,09	1.437,64	
Brancos	1.766,45	1.771,17	1.751,89	1.744,99	1.708,70	1.706,81	1.712,86	1.723,48	1.730,44	1.732,84	1.746,56	1.726,97	1.756,69	
Homens Pretos & Pardos	996,1	988,69	1006,09	995,52	1012,66	988,7	996,07	1008,78	1017,99	1.038,07	1.025,17	1.028,90	1.025,44	
Mulheres Pretas & Pardas	735,8	729,53	744,85	727,72	724,04	727,68	751,46	754,56	766,97	746,87	742,23	750,28	760,27	
Pretos & Pardos	882,98	876,14	893,42	879,93	887,93	875,84	889,06	897,58	907,47	909,76	900,1	904,95	907,99	
PEA Total	1.378,72	1.376,75	1.374,23	1.364,28	1.349,57	1.344,98	1.352,07	1.364,91	1.372,91	1.372,70	1.371,54	1.359,18	1.373,49	

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) foi de 1.373,49, em R\$. Este valor, comparativamente ao mês de dezembro do ano anterior, foi 1,1% superior. Na comparação com o mês de janeiro de 2009, ocorreu uma ligeira redução daquele valor, em termos reais, de 0,4%.

No mês de janeiro de 2010, o Rendimento Habitual Médio do Trabalho Principal dos trabalhadores brancos foi de R\$ 1.756,69 e o dos trabalhadores pretos & pardos foi de R\$ 907,99. O mesmo indicador, na PEA branca do sexo masculino, correspondeu a R\$ 2.027,58. Na PEA branca do sexo feminino, o Rendimento Habitual Médio foi de R\$ 1.437,64. Entre os trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino, aquele mesmo indicador foi de R\$ 1.025,44 e, do sexo feminino, de R\$ 760,27.

No mês de janeiro de 2009, nas seis maiores RMs brasileiras, a diferença na remuneração habitual média dos brancos, em relação aos pretos & pardos, foi de 93,5%. Tal diferença correspondeu a um aumento de 2,6 pontos percentuais em relação ao mês de dezembro de 2009 (quando as desigualdades de cor ou raça foram de 90,8%). Todavia, na comparação anual, ou seja, comparando-se ao quadro vigente em janeiro de 2009 (quando as desigualdades de cor ou raça foram de 100,1%), ocorreu uma redução nas assimetrias de cor ou raça em 6,6 pontos percentuais.

Quando lidas de forma decomposta pelos grupos de sexo, verificou-se que, em janeiro de 2010, as assimetrias no Rendimento Habitual Médio entre os homens brancos, em comparação aos pretos & pardos, foram

de 97,7%, favoráveis aos primeiros. A comparação do mesmo indicador entre as mulheres brancas, de um lado, e pretas & pardas, de outro, revelou que as desigualdades foram de 89,1%.

Na comparação entre janeiro de 2010 com o mesmo mês do ano anterior, entre os homens, ocorreu uma significativa queda nas assimetrias de cor ou raça, em 8,6 pontos percentuais. No caso das mulheres, também, ocorreu a redução nas assimetrias, em 3,4 pontos percentuais. Entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, na comparação dos homens brancos com os homens pretos & pardos, ocorreu a elevação das assimetrias de cor ou raça em 4,3 pontos percentuais. Já na comparação entre as mulheres brancas com as mulheres pretas & pardas, as assimetrias obedeceram a uma ligeira redução de 0,3 ponto percentual.

No mês de janeiro de 2010, a diferença na remuneração habitual média dos homens brancos e das mulheres pretas & pardas foi 166,7% superior em benefício dos primeiros. Na comparação entre os homens pretos & pardos com as mulheres brancas, verificou-se que a remuneração habitual dos primeiros era 28,7% inferior à remuneração habitual das segundas.

4. Evolução da taxa de desemprego (tabela 3)

No primeiro mês de 2010, nas seis maiores RMs brasileiras, a taxa de desemprego alcançou 7,2%. Com isso, interrompeu-se a sequência de reduções neste indicador, tal como já vinha ocorrendo desde o mês de

Tabela 3 - Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, jan / 09 – jan / 10 (em % da PEA)

	2009												2010	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	
Homens Brancos	5,7	6,2	6,6	6,4	6,7	5,8	5,7	5,6	5,3	5,1	4,9	4,6	5,0	
Mulheres Brancas	8,5	9,2	10,0	9,7	9,3	8,1	7,8	8,3	7,9	7,7	7,6	7,0	7,5	
Brancos	7,0	7,6	8,2	7,9	7,9	6,9	6,7	6,9	6,5	6,3	6,2	5,7	6,2	
Homens Pretos & Pardos	7,0	7,4	8,1	8,3	8,0	7,9	7,7	7,7	7,5	7,0	6,7	6,4	6,8	
Mulheres Pretas & Pardas	12,8	12,3	12,6	12,6	12,6	12,0	11,9	11,9	11,2	11,4	11,2	10,2	10,5	
Pretos & Pardos	9,6	9,6	10,1	10,2	10,1	9,7	9,6	9,6	9,2	9,0	8,8	8,1	8,5	
PEA Total	8,2	8,5	9,0	8,9	8,8	8,1	8,0	8,1	7,7	7,5	7,4	6,8	7,2	

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

setembro. De qualquer forma, no mês de janeiro a taxa de desemprego costuma ser mais elevada do que em dezembro, devido ao encerramento do período de festas de final de ano. Por outro lado, comparativamente a janeiro de 2009, a taxa de desemprego, um ano depois, se reduziu em um ponto percentual.

Em janeiro de 2010, a taxa de desemprego da PEA branca foi de 6,2%, ao passo que a da PEA preta & parda foi de 8,5%. Tal como ocorreu para a PEA como um todo, comparativamente a dezembro de 2009, a taxa de desemprego aumentou em ambos os grupos de cor ou raça. Todavia, na comparação com janeiro do ano anterior, a taxa de desemprego dos brancos caiu em 0,7 ponto percentual, e, a dos pretos & pardos, em 1,1 ponto percentual.

A taxa de desemprego dos homens brancos, em janeiro de 2010, foi de 5%, ao passo que o mesmo indicador, na PEA preta & parda do sexo masculino foi de 6,8%. Comparativamente ao mês de dezembro de 2009, a taxa de desemprego dos homens brancos aumentou 0,4 ponto percentual. No mesmo período, a taxa de desemprego dos homens pretos & pardos também aumentou em 0,4 ponto percentual. No comparativo com janeiro de 2009, a taxa de desemprego dos homens brancos foi reduzida em 0,7 ponto percentual. Já a taxa de desemprego dos homens pretos & pardos caiu 0,2 ponto percentual.

A taxa de desemprego das mulheres brancas, em janeiro de 2010, foi de 7,5%. Já a das mulheres pretas & pardas foi de 10,5%. Entre as mulheres brancas, a taxa

de desemprego que vinha declinando seguidamente desde setembro de 2009 (quando chegou a 7,9%), voltou a crescer em janeiro deste ano. Assim, comparativamente a dezembro de 2009, a taxa de desemprego deste grupo aumentou 0,5 ponto percentual. Em comparação a janeiro de 2009, o mesmo indicador declinou um ponto percentual. No caso das trabalhadoras pretas & pardas, a taxa de desemprego em janeiro de 2010, comparada a dezembro de 2009, aumentou 0,3 ponto percentual.

Na comparação entre janeiro de 2009 e de 2010, a taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas foi reduzida em 2,3 pontos percentuais. Medindo o indicador desta forma, observa-se que a taxa de desemprego das mulheres deste último grupo foi a que mais intensamente caiu no período. Contudo, tal movimento não reverteu o sentido geral do indicador, no qual a taxa de desemprego entre as mulheres pretas & pardas se mantém tradicionalmente mais elevadas que dos demais grupos. Assim, em termos proporcionais, a taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas apresentou-se 110,4% superior à mesma taxa dos homens brancos; 40,1% superior à das mulheres brancas; e 55,6% superior à dos homens pretos & pardos.

5. Ocupação segundo posição na ocupação (tabelas 4 e 5)

Nas seis maiores RMs brasileiras, em janeiro de 2010, a posição na ocupação modal da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada era a de empregada com carteira assinada no setor privado, modalidade

que ocupava 45,5% do contingente total. Entre os homens esta modalidade ocupava 50,2% do contingente. Entre as mulheres, 39,7%. Em segundo lugar, vinha o trabalhador por conta própria, modalidade que correspondia à situação de 19% da PEA, 21% da PEA masculina e 16,5% da PEA feminina. O emprego sem carteira assinada no setor privado vinha em terceiro lugar, ocupando 12,3% da PEA, 13,4% da PEA masculina e 10,9% da PEA feminina.

Na presente publicação, são consideradas como ocupações vinculadas ao setor formal: o emprego no setor público com carteira assinada, o emprego no setor privado com carteira assinada, os militares ou funcionários públicos estatutários e os empregadores, neste último caso, mesmo os que empregam menos de cinco funcionários e contrariando a metodologia usualmente adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Já as informais são o emprego doméstico com e sem carteira assinada, o emprego sem carteira assinada nos setores público e privado, a ocupação por conta própria e a ocupação sem remuneração.

Assim, na PEA metropolitana brasileira no seu conjunto, 59,1% estavam ocupados de maneira formal e 40,9% de maneira informal. No contingente masculino,

o peso da formalidade era de 63,7%. Já no grupo feminino, o peso da ocupação formal era de 53,7%.

Na PEA branca do sexo masculino, o emprego com carteira no setor privado ocupou 48,9% do total. Em seguida, vinham a ocupação por conta própria, 20,1%; e o emprego sem carteira no setor privado, 12,6%. O emprego com carteira no setor público, somado aos militares ou funcionários públicos estatutários, respondia por 8,9% neste conjunto. Neste grupo, os empregadores responderam por 7,6% da PEA ocupada. O peso da formalidade entre os homens brancos foi de 65,4% e o da informalidade, 34,6%.

Na PEA preta & parda do sexo masculino, o emprego com carteira no setor privado ocupava 51,9% do total. Em segundo e terceiro lugar vinham a ocupação por conta própria (22%) e o emprego sem carteira no setor privado (14,4%). O peso do emprego com carteira no setor público, somado aos militares ou funcionários públicos estatutários, foi de 6,7%. A condição de empregador respondeu por 3,1% da PEA preta & parda do sexo masculino (menos da metade do peso desta forma de ocupação no outro grupo). O peso relativo das ocupações formais neste grupo de cor ou raça e sexo foi de 61,6%, e das informais, de 38,3%.

Tabela 4 - Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) residente nas seis maiores RMs, desagregada por posição na ocupação e grupos de cor ou raça e sexo, Brasil, jan / 10 (em % da PEA ocupada)

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Brancos Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego doméstico com carteira	0,4	3,8	2,0	0,4	8,6	4,0	0,4	6,0	2,9
Emprego doméstico sem carteira	0,4	6,9	3,4	0,6	14,7	6,8	0,5	10,4	5,0
Emprego com carteira no setor privado	48,9	42,5	46,0	51,9	36,3	45,0	50,2	39,7	45,5
Emprego sem carteira no setor privado	12,6	10,9	11,8	14,4	10,9	12,8	13,4	10,9	12,3
Emprego no setor público com carteira	2,1	2,3	2,2	1,3	1,9	1,6	1,8	2,1	1,9
Emprego no setor público sem carteira	0,9	1,6	1,2	0,8	1,7	1,2	0,8	1,6	1,2
Militar ou funcionário público estatutário	6,8	10,4	8,5	5,4	7,2	6,2	6,1	9,0	7,4
Ocupação por conta própria	20,1	16,8	18,6	22,0	16,2	19,4	21,0	16,5	19,0
Empregador	7,6	3,8	5,9	3,1	1,6	2,5	5,6	2,9	4,3
Sem remuneração	0,3	1,0	0,6	0,3	0,8	0,5	0,3	0,9	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Tabela 5 - Composição de cor ou raça e grupos de sexo da População Economicamente Ativa (PEA) residente nas seis maiores RMs, desagregada por posição na ocupação, grupos de cor ou raça e sexo, Brasil, jan / 10 (em % da PEA ocupada)

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Brancos Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego doméstico com carteira	3,8	32,0	35,8	3,2	60,8	64,0	7,0	93,0	100,0
Emprego doméstico sem carteira	2,0	34,2	36,2	3,0	60,5	63,6	5,1	95,0	100,0
Emprego com carteira no setor privado	30,7	22,9	53,7	29,2	16,4	45,5	60,3	39,7	100,0
Emprego sem carteira no setor privado	29,3	21,7	51,0	29,9	18,1	48,0	59,7	40,3	100,0
Emprego no setor público com carteira	31,5	28,9	60,4	17,3	20,4	37,7	49,5	50,5	100,0
Emprego no setor público sem carteira	20,9	32,6	53,5	17,0	29,0	46,0	38,4	61,7	100,0
Militar ou funcionário público estatutário	26,2	34,4	60,6	18,5	19,9	38,4	45,0	55,0	100,0
Ocupação por conta própria	30,3	21,8	52,0	29,7	17,5	47,2	60,5	39,5	100,0
Empregador	50,2	21,5	71,7	18,3	7,7	26,0	70,2	29,8	100,0
Sem remuneração	13,3	44,1	57,3	11,5	30,3	41,7	24,7	75,3	100,0
Total	27,9	24,6	52,5	25,4	21,2	46,7	53,8	46,2	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

A PEA branca feminina ocupada em janeiro de 2010 tinha como principal modalidade ocupacional o emprego com carteira no setor privado (42,5%). A ocupação por conta própria respondeu por 16,8% e o emprego doméstico, com e sem carteira, por 10,7% da PEA ocupada total neste grupo. O emprego público com carteira, somado ao funcionalismo e estatutários, representou 12,7% para a PEA ocupada deste grupo de cor ou raça e sexo. Já a condição de empregadora correspondeu a 3,8%, proporcionalmente, metade do peso desta forma de ocupação entre os homens brancos. As ocupações formais corresponderam a 59% das ocupações, e as informais a 41%, neste contingente.

Na PEA preta & parda do sexo feminino, o emprego com carteira no setor privado respondeu por 36,3% das ocupações. Comparado-se com os homens brancos, esta proporção era 12,6 pontos percentuais inferior. Em segundo lugar, vinha o emprego doméstico com e sem carteira, forma de ocupação que respondeu por 23,3% das ocupações das mulheres deste grupo de cor ou raça. Esta proporção era mais do que o dobro do que o verificado entre as mulheres brancas ocupadas como empregadas domésticas. Em terceiro lugar, enquanto condição de ocupação das mulheres pretas & pardas,

vinha a ocupação por conta própria, com 16,2%. O peso das empregadoras no total da PEA preta & parda do sexo feminino ocupada foi de 1,6%, o que, comparativamente aos homens brancos, correspondeu uma proporção 78,6% inferior. Do total da PEA ocupada preta & parda do sexo feminino, 47,1% estavam trabalhando em atividades formais e 52,9%, em atividades informais. Ou seja, dos quatro grupos de cor ou raça analisados, somente entre as trabalhadoras pretas & pardas o peso relativo das ocupações informais superou o peso relativo das formais.

Na tabela 5, é vista a composição de cor ou raça e sexo das diferentes modalidades de posição na ocupação. Tanto no emprego doméstico com carteira assinada, como sem carteira, a absoluta maioria dos ocupados eram mulheres pretas & pardas, respectivamente, 60,8% e 60,5% do total dos ocupados nesta posição. Já as mulheres brancas respondiam por 32% do emprego doméstico com carteira e por 34,2% do emprego doméstico sem carteira.

O emprego com carteira no setor privado era majoritariamente ocupado por pessoas brancas: 53,7% (homens brancos, 30,7%; mulheres brancas, 22,9%). Os pretos & pardos respondiam por 45,5% do emprego com carteira

no setor privado, 29,2% do sexo masculino; 16,4%, do sexo feminino. Entre os militares e funcionários públicos estatutários, 60,6% eram brancos; 26,2% homens e 34,4% mulheres. Os pretos & pardos respondiam por 38,4% das ocupações como militares e funcionários públicos estatutários, 18,5%, homens; 19,9%, mulheres.

O emprego sem carteira no setor privado era majoritariamente ocupado por pessoas brancas (51%; 29,3% homens e 21,7%, mulheres), porém com um peso relativo menor do que o emprego com carteira. Os pretos & pardos respondiam por 48% dos empregados no setor privado sem carteira, sendo 29,9% homens e 18,1%, mulheres. No emprego no setor público sem carteira os homens brancos respondiam por 20,9%, e as mulheres brancas, por 32,6%. Os pretos & pardos do sexo masculino e do sexo feminino apresentavam peso relativo no contingente de funcionários públicos sem carteira, respectivamente, de 17% e 29%.

Os trabalhadores sem remuneração exercendo ocupações de membros da própria família eram formados por 57,3% de pessoas brancas e por 41,7% de pessoas pretas & pardas. Pela natureza da ocupação, a força de trabalho ocupada nesta condição era predominantemente feminina, 44,1% de mulheres brancas, e 30,3%,

de mulheres pretas & pardas. Os homens brancos respondiam por 13,3%. e os pretos & pardos, por 11,5% dos ocupados sem remuneração.

A ocupação por conta própria era formada por 52% de brancos (30,3% homens e 21,8%, mulheres) e 47,2% de pretos & pardos (29,7%, homens e 17,5%, mulheres). Já a condição de empregador era a que apresentava maior peso relativo de trabalhadores brancos, 71,7%, sendo 50,2% homens e 21,5%, mulheres. Os pretos & pardos correspondiam a 26% dos empregadores, 18,3%, homens, e 7,7%, mulheres, neste último caso sendo evidente a discrepância do peso das trabalhadoras deste grupo de cor ou raça em relação a outras formas de posição na ocupação, como o emprego doméstico e as ocupações sem remuneração.

6. Rendimento das formas de posição na ocupação (tabela 6)

Em janeiro de 2010, no conjunto das seis maiores RMS brasileiras, das diversas formas de posição na ocupação, a que melhor remunerava seus ocupados era a condição de empregador, com rendimento médio de R\$ 3.724,42. Em seguida, vinha a ocupação de militar ou funcionário público estatutário, R\$ 2.420,27 e o emprego

Tabela 6 - Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMS, segundo posição na ocupação e grupos de cor ou raça e sexo, Brasil, jan / 10 (em R\$ - jan 10, INPC)

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Brancos Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego doméstico com carteira	854,20	640,04	662,35	715,55	606,35	611,79	789,83	617,65	629,54
Emprego doméstico sem carteira	654,63	507,32	515,55	549,82	444,10	449,13	591,83	466,64	472,95
Emprego com carteira no setor privado	1.728,43	1.421,52	1.597,32	993,17	817,93	930,17	1.380,99	1.181,57	1.301,89
Emprego sem carteira no setor privado	1.294,72	988,81	1.165,76	699,96	604,41	664,38	996,44	819,31	925,75
Emprego no setor público com carteira	3.556,88	2.165,91	2.886,72	1.483,38	990,59	1.217,26	2.817,12	1.715,82	2.259,96
Emprego no setor público sem carteira	1.351,86	1.256,57	1.294,28	989,70	706,79	811,97	1.182,30	993,16	1.066,35
Militar ou funcionário público estatutário	3.213,32	2.508,80	2.813,05	1.954,77	1.623,42	1.782,01	2.693,15	2.197,54	2.420,27
Ocupação por conta própria	1.838,99	1.084,13	1.523,44	882,36	551,43	759,43	1.373,15	849,99	1.166,29
Empregador	4.368,31	3.661,37	4.155,98	2.433,29	2.212,26	2.367,92	3.906,49	3.294,54	3.724,21
Total	2.027,58	1.437,64	1.756,69	1.025,44	760,27	907,99	1.566,95	1.138,58	1.373,49

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

no setor público com carteira, R\$ 2.259,96. Malgrado as diferenças de remuneração entre os grupos de sexo, esta ordem também se mantinha nos contingentes masculino e feminino. Já as piores remunerações ficavam invariavelmente por conta do emprego doméstico com e sem carteira, ficando esta última modalidade em último lugar na hierarquia das remunerações.

Na PEA branca do sexo masculino, os empregadores recebiam, em média, R\$ 4.368,31. Em segundo lugar, os empregados do setor público com carteira (R\$ 3.556,88), e em terceiro, os militares ou funcionários públicos estatutários, R\$ 3.213,32. Neste grupo o rendimento do emprego doméstico com carteira e sem carteira equivaleu, respectivamente, a R\$ 854,20 e R\$ 654,63.

Entre os trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino, a condição de empregador era também a mais compensadora financeiramente, R\$ 2.433,29. Os militares ou funcionários públicos estatutários deste grupo recebiam, em média, R\$ 1.954,77 e os empregados do setor público com carteira, R\$ 1.483,38. Os empregados domésticos com e sem carteira deste contingente de cor ou raça e sexo, recebiam, em média, respectivamente, R\$ 715,55 e R\$ 549,82.

Na PEA branca do sexo feminino, as empregadoras recebiam, em média, R\$ 3.661,37. Já as segundas e terceiras posições na ocupação mais compensadoras financeiramente eram a condição de militares ou funcionários públicas estatutárias, R\$ 2.508,80, e de empregada do setor público com carteira, R\$ 2.165,91. As empregadas domésticas com carteira brancas recebiam, em média, R\$ 640,04. Já as sem carteira auferiam R\$ 507,32.

As trabalhadoras pretas & pardas, em média, recebiam R\$ 2.212,26 como empregadoras. A posição de militares ou funcionários públicas estatutárias lhes permitiu remuneração média de R\$ 1.623,42. Já a terceira melhor remuneração para este grupo de cor ou raça e sexo foi encontrada no emprego do setor público com carteira, R\$ 990,59. Tal como nos demais grupos, as piores remunerações ficavam por conta do emprego doméstico com e sem carteira, respectivamente, R\$ 606,35, e R\$ 444,10. Em ambos os casos, as remunerações das empregadas domésticas pretas & pardas eram menores que às dos demais grupos analisados acima.

A posição na ocupação onde eram encontradas as maiores desigualdades de rendimentos entre brancos,

de um lado, e pretos & pardos, de outro, era o emprego no setor público com carteira: 137,1% no somatório de ambos os sexos; 139,8%, entre os homens, e 118,6% entre as mulheres. Ainda que não deva se esquecer da dimensão regional, de qualquer modo as diferenças encontradas são mais difíceis de serem compreendidas, posto envolver atividades que, a princípio, deveriam ser regidas pelo preceito da isonomia salarial.

Uma hipótese é que nesta modalidade possa estar sendo parcialmente captado o emprego com carteira nas autarquias e estatais acessadas via concurso e as posteriores promoções dentro daquelas empresas, o que poderia, comprovada a hipótese, estar revelando algum índice de discriminação ocupacional. Tal suposição poderia ser reforçada ao se analisar os indicadores das assimetrias de rendimento nas funções de militar ou funcionário público estatutário, nas quais as assimetrias entre os dois grupos de cor ou raça de ambos os sexos eram comparativamente mais reduzidas, 57,9%. Também no emprego público sem carteira, as diferenças entre brancos e pretos & pardos de ambos os sexos eram relativamente menores: 59,4.

Em segundo lugar, em termos das assimetrias de cor ou raça, vem a ser na ocupação por conta própria. Considerando ambos os grupos de sexo: 100,6%; somente os homens, 108,4% e somente as mulheres, 96,6%. O que explica esta diferença vem a ser a heterogeneidade deste tipo de atividade, que abriga desde os profissionais liberais até as ocupações menos prestigiadas de biscoite e comércio ambulante. Assim, os vínculos diferenciados de brancos e pretos & pardos em cada uma destas modalidades estaria por detrás das assimetrias observadas.

A posição na ocupação de empregador apresentava assimetrias de remuneração entre brancos e pretos & pardos de ambos os sexos de 75,5%. Este também foi o percentual da diferença entre brancos e pretos & pardos empregados sem carteira no setor privado. No emprego com carteira no setor privado, as diferenças de remuneração entre brancos e pretos & pardos foram de 71,7%.

Um traço de ironia no estudo das diferenças de cor ou raça nas remunerações reside no fato de que as menores assimetrias eram encontradas na modalidade onde os resultados financeiros eram piores, ou seja, no emprego doméstico com e sem carteira. Assim, os empregados domésticos brancos de ambos os sexos recebiam em

média 8,3% a mais que os pretos & pardos na mesma condição. Já na ocupação sem carteira, a diferença de remuneração entre um grupo e outro era de 14,8%. Neste último caso, como o emprego sem carteira, ao contrário do que tem carteira, não fica regulado necessariamente pelo valor do Salário Mínimo, abre-se uma maior margem para abertura do leque de remunerações.

7. Evolução da ocupação e rendimento das formas de posição na ocupação (tabelas 7 e 8)

Na presente seção, serão vistos os indicadores de evolução da PEA ocupada e sua respectiva remuneração, segundo as formas de posição na ocupação entre os períodos de janeiro de 2009 e de 2010. Mais uma vez os dados cobrem as seis maiores RMs do país.

Ao longo do difícil ano para a economia brasileira, como foi o de 2009, na PEA metropolitana no seu conjunto, as formas de ocupação que tiveram incremento positivo no número de ocupados foram: o emprego doméstico com carteira (4,2%), emprego doméstico sem carteira (8,2%), o emprego com carteira no setor privado (3,5%), o emprego no setor público com carteira (17,8%), e a ocupação por conta

própria (3,9%). Já as formas de posição na ocupação que tiveram perdas no número total de ocupados foram o emprego sem carteira no setor privado (-2%), o emprego no setor público sem carteira (-1,5%), a ocupação como militar ou funcionário público estatutário (-4,9%), a condição de empregador (-4,8%) e os sem remuneração (-12,9%).

Os dados descritos acima, de algum modo, captam algumas opções de políticas econômicas recentes por parte das autoridades governamentais, tal como foi o caso do incremento do emprego no setor público com carteira, de alguma forma resultado dos esforços anti-cíclicos adotados durante a crise do ano passado. Já em outros indicadores, especialmente os que dão conta da evolução do emprego doméstico e da ocupação por conta própria, tal movimento parece indicar os efeitos amortecedores da informalidade diante dos contextos de crise econômica, em geral, e do mercado de trabalho, em particular. Por outro lado, a redução do número de empregadores parece refletir os efeitos negativos da crise sobre um segmento específico dos ocupados do mercado de trabalho metropolitano. De qualquer forma, todos estes indicadores acabaram tendo diferentes inflexões nos distintos grupos de cor ou raça e sexo.

Tabela 7 - Evolução do número de ocupados por posição na ocupação segundo os grupos de cor ou raça e sexo, seis maiores RMs, Brasil, jan / 09 - jan / 10 (em % da PEA ocupada)

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Brancos Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego doméstico com carteira	24,1	-6,7	-4,1	-34,9	13,8	9,7	-12,1	5,7	4,2
Emprego doméstico sem carteira	21,3	7,0	7,7	5,7	8,4	8,3	10,2	8,1	8,2
Emprego com carteira no setor privado	-1,7	1,3	-0,5	8,3	8,2	8,3	3,1	4,2	3,5
Emprego sem carteira no setor privado	-3,8	-1,6	-2,9	-2,9	1,5	-1,3	-3,2	-0,1	-2,0
Emprego no setor público com carteira	24,2	12,5	18,3	3,4	22,9	13,1	17,7	17,9	17,8
Emprego no setor público sem carteira	-7,0	-5,1	-5,8	-10,3	13,5	3,3	-8,0	3,0	-1,5
Militar ou funcionário público estatutário	-6,8	-5,9	-6,3	-8,7	2,5	-3,2	-7,4	-2,7	-4,9
Ocupação por conta própria	-1,9	5,5	1,1	7,6	8,7	8,0	2,4	6,3	3,9
Empregador	-3,4	-5,7	-4,1	-10,2	10,5	-4,9	-5,5	-3,0	-4,8
Sem remuneração	-8,2	-24,0	-20,9	-13,6	18,2	7,4	-12,9	-12,9	-12,9
Total	-2,0	0,4	-0,9	4,2	8,0	5,8	0,9	3,7	2,1

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

No caso do emprego doméstico com e sem carteira, ocorreu uma forte elevação de ocupados brancos do sexo masculino. Mas esta evolução não deve ser tomada com exagero, posto esta forma de ocupação corresponder a um ínfimo percentual da PEA ocupada deste grupo de cor ou raça e sexo, tal como já foi mencionado. Assim, chama mais atenção o fato de que a ocupação doméstica para as mulheres pretas & pardas, entre janeiro de 2010 e 2009, cresceu 13,8% para as com carteira e 8,4%, para as sem carteira. No caso das mulheres brancas, por exemplo, onde o emprego doméstico também é um importante campo ocupacional, houve a redução do número de ocupadas com carteira em 4,1%. Somente no emprego doméstico sem carteira ocorreu o aumento em 7% do número de trabalhadoras brancas vinculadas (1,4 ponto percentual inferior ao ocorrido entre as pretas & pardas).

O emprego com carteira no setor privado cresceu mais para os pretos & pardos (em 8,3% no somatório dos grupos de sexo), do que para os brancos. Este último grupo, no somatório dos dois grupos de sexo, teve queda de 0,5%, com especial redução para os homens brancos (- 3,8%) no número de ocupados.

O emprego no setor público com carteira cresceu mais para os brancos (18,3%) do que para os pretos & pardos (13,1%). Neste caso, os homens pretos & pardos foram os menos beneficiados, posto que para este

contingente o número de ocupados cresceu 3,4%; entre os homens brancos a evolução foi de 24,2%; entre as mulheres brancas, 12,5%; e entre as mulheres pretas & pardas, 22,9%.

O emprego no setor público sem carteira apresentou redução no número de homens brancos ocupados em 7%. Entre as mulheres brancas, ocorreu redução no número de ocupados desta forma em 5,1%. Entre os homens pretos & pardos, o número de funcionários públicos sem carteira declinou 10,3%. Todavia, entre as mulheres pretas & pardas, o número de ocupadas daquele modo se ampliou em 13,5%.

Já no caso dos militares e funcionários públicos estatutários, o número de ocupados declinou 6,8%, entre os homens brancos, 5,9%, entre as mulheres brancas e 8,7%, entre os homens pretos & pardos. Somente entre as mulheres pretas & pardas o indicador cresceu em 2,5%.

A ocupação por conta própria declinou, em termos do número de ocupados, em 1,9% para os homens brancos. Todavia, nos demais grupos o número de ocupados aumentou, mas uma vez reforçando a constatação de que o setor informal, especialmente representado pela ocupação por conta própria, acaba operando como um atenuante da crise do mercado de trabalho. Assim, entre as mulheres brancas ocorreu

Tabela 8 - Evolução do rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, segundo posição na ocupação e grupos de cor ou raça e sexo, Brasil, jan / 09 – jan / 10 (em R\$ - jan 10, INPC)

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Brancos Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego doméstico com carteira	-9,9	5,2	4,4	-4,2	8,3	6,2	-3,8	6,7	5,2
Emprego doméstico sem carteira	-1,4	11,0	10,3	-1,8	8,3	7,6	-0,5	9,2	8,6
Emprego com carteira no setor privado	-5,7	1,6	-3,3	5,4	7,5	6,1	-3,3	3,1	-1,1
Emprego sem carteira no setor privado	-0,8	5,4	1,2	8,5	9,3	8,6	2,4	6,0	3,5
Emprego no setor público com carteira	0,9	13,2	6,6	8,3	-1,7	2,4	5,7	9,7	7,3
Emprego no setor público sem carteira	-5,5	6,0	1,0	9,8	-11,3	-3,5	-0,1	-2,7	-2,0
Militar ou funcionário público estatutário	1,5	1,3	1,4	-4,7	3,9	-1,5	-0,7	1,8	0,3
Ocupação por conta própria	7,0	0,8	4,3	4,0	0,5	2,9	4,0	-0,9	2,2
Empregador	-0,3	3,7	0,8	4,4	-26,0	-5,2	2,9	-7,2	0,0
Total	-1,4	1,5	-0,6	2,9	3,3	2,8	-0,8	0,9	-0,4

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

crescimento no número de ocupadas por conta própria em 5,5%. Entre os pretos & pardos do sexo masculino, a evolução positiva foi de 7,6%, e entre as mulheres pretas & pardas, de 8,7%.

Entre janeiro de 2010 e de 2009, o número de empregadores brancos declinou em 3,4%; de empregadoras brancas se reduziu em 5,7%; e entre os homens pretos & pardos declinou 10,2%. Porém, entre as mulheres pretas & pardas cresceu 10,5%, em um movimento difícil de compreender à primeira vista, mas que poderá ser melhor debatido mais adiante, quando for visto a evolução do rendimento real destas empregadoras. Este também foi o movimento ocorrido entre os sem remuneração, cujo número de ocupados declinou sensivelmente para homens brancos (-8,2%), mulheres brancas (-24%) e homens pretos & pardos (- 13,6%), mas que aumentou para as mulheres pretas & pardas (18,2%).

Conforme foi visto ao longo das sucessivas edições do “Tempo em Curso”, o ano de 2009 veio sendo marcado por um certo movimento de declínio das assimetrias de cor ou raça. Os indicadores contidos na tabela 8, dedicada à evolução do rendimento médio das formas de posição na ocupação, ajudam um pouco no entendimento daquela evolução recente.

Os homens brancos apresentaram queda na remuneração nas condições do emprego doméstico com e sem carteira, no emprego com carteira e sem no setor privado, no emprego no setor público sem carteira e enquanto empregador. Ou seja, ocorreram reduções reais nas remunerações dos homens brancos em importantes modalidades de posição na ocupação para este grupo, tal como é o notório caso do emprego com carteira no setor privado e na forma de empregador. Tais movimentos, de alguma forma, dialogaram com a crise recente vivenciada pelo país e que, aparentemente, prejudicou com mais intensidade (sem retirar-lhes sua posição mais bem posicionada) os que eram vinculados aos setores e posições mais modernos da economia. Por outro lado, as posições na ocupação onde os homens brancos tiveram condições de obter

aumentos de rendimentos em termos reais foram o emprego no setor público com carteira e como militares ou funcionários públicos estatutários, além da ocupação por conta própria.

Os homens pretos & pardos, mesmo diante do contexto da crise, lograram obter aumentos reais de remuneração em quase todas as formas de posição na ocupação, com exceção do emprego doméstico com e sem carteira, e na posição de militares ou funcionários públicos estatutários.

As mulheres brancas obtiveram aumentos reais de rendimento em todas as modalidades de posição na ocupação. Já as mulheres pretas & pardas tiveram ganhos na maioria das modalidades, com exceção do emprego no setor público com carteira e sem carteira e enquanto empregadoras. Neste último caso, parece que a evolução positiva no número de empregadoras pretas & pardas no período se deu compassado com uma forte queda na remuneração obtida por esta forma de posição ocupacional, em 26%.

No caso do emprego doméstico, as mulheres pretas & pardas apresentaram aumento real de rendimento de 8,3%, tanto no emprego com carteira, quanto no sem carteira. Entre as mulheres brancas que eram empregadas domésticas, ocorreu elevação no rendimento real das que tinham carteira em 5,2%, e nas que não tinham, em 11%.

Ou seja, através deste conjunto de situações se, por um lado, foi possível comprovar um movimento geral de queda das assimetrias de cor ou raça, por outro lado, é necessário constatar que este movimento veio se dando por intermédio de um reforço da informalidade e de ocupações pouco prestigiadas como o emprego doméstico. Assim, a redução recente das desigualdades se deu dentro de um contexto pouco alentador onde não está ocorrendo a combinação entre o crescimento das ocupações formais, o aumento nas remunerações médias e a queda progressiva das assimetrias sociorraciais no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Profº Marcelo Paixão

Programação de indicadores estatísticos

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadora assistente

Irene Rossetto Giaccherino

Bolsista de Graduação

Bianca Angelo Andrade (PBICT – CNPq)

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Profº Marcelo Paixão

Coordenação Estatística

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadores Assistentes

Cléber Julião

Fabiana Montovanele de Melo

Irene Rossetto Giaccherino

Rodrigo Martins

Sandra Regina Ribeiro

Coordenação dos Cursos de Extensão

Azilda Loretto

Sandra Regina Ribeiro

Bolsistas de Graduação

Bianca Angelo Andrade (PBICT – CNPq)

Elisa Alonso Monçores (PBICT – CNPq)

Elaine Carvalho – Curso de Extensão (UNIAFRO)

Revisão de texto e copy-desk

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração Eletrônica

Maraca Design

Apoio

Fundação Ford

